

## RESOLUÇÃO Nº 05/2005 - (REVOGADA)

(Publicada no Diário Oficial de 18/03/2005)

(Retificada no Diário Oficial de 05/04/2005)

(Retificada no Diário Oficial de 21/07/2005)

Ratificada e Alterada pela Resolução 44/06, que Alterou a titularidade da empresa.

Revogada pela Resolução nº 05/08.

### Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à PROPEX DO BRASIL NORDESTE LTDA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

#### R E S O L V E:

**Art. 1º** Conceder, “*ad referendum*” do Plenário, à indústria PROPEX DO BRASIL NORDESTE LTDA., a se instalar no município de Camaçari, neste Estado, os seguintes benefícios:

**Nota:** A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 44, de 05/12/06, DOE de 14/12/06, tendo em vista alteração de titularidade, efeitos a partir de 14/12/06.

**Redação original, efeitos até 13/12/06:**

*"Art. 1º Conceder, “ad referendum” do Plenário, à indústria PROPEX DO BRASIL LTDA., a se instalar no município de Camaçari, neste Estado, os seguintes benefícios:"*

**I - Crédito Presumido** - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela PROPEX DO BRASIL NORDESTE LTDA., nas operações de saídas de fios, tecidos e filamentos contínuos ou sintéticos, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal.

**Nota:** A redação atual do inciso “I” do art. 1º foi dada pela Resolução nº 44, de 05/12/06, DOE de 14/12/06, efeitos a partir de 14/12/06.

**Redação original, efeitos até 13/12/06:**

*"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela PROPEX DO BRASIL LTDA., nas operações de saídas de fios, tecidos e filamentos contínuos artificiais ou sintéticos, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal."*

**II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS**, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**, 16 de março de 2005.

**JOSÉ LUIZ PÉREZ GARRIDO**  
Presidente